

**Discurso da Ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Tereza Campello – em Londres, London School of Economics and Political Science, dia 14 de novembro de 2014, na cerimônia de abertura do seminário internacional “Desenvolvimento Social: Um Diálogo entre Brasil e Reino Unido”**

Bom dia a todas e todos. Cumprimentos...

Falar sobre o Brasil sem Miséria e seus resultados é uma oportunidade para debater as críticas, ouvir sugestões e avançar. Obrigada pela presença de todos.

É uma honra, travar este debate aqui, na LSE, que foi berço da construção teórica do Estado do Bem estar social, e que continua sendo local de reflexão para aprimorar a atuação do estado em especial das políticas sociais.

As agências da ONU têm sido incansáveis em apoiar o Brasil . E nos ajudam nas ações de comunicação da nossa experiência no plano internacional.

Minha proposta é relatar a estratégia brasileira para superação da pobreza nestes 12 anos e apontar desafios.

A pobreza, a fome e a desigualdade no Brasil caíram significativamente nos últimos 12 anos. O Bolsa Família foi um dos fatores responsáveis por isso, mas não o único. Ele é parte de uma estratégia de desenvolvimento fundada na inclusão social. Não só por um imperativo de justiça social, de cidadania, e de reparação.

Mas também porque, para continuar crescendo precisamos contar com todos os brasileiros: faltam trabalhadores qualificados no Brasil - vivemos a menor taxa de desemprego da nossa história 4,9% ; e principalmente porque, podemos e queremos ser um amplo mercado interno de massas.

Vou me referir rapidamente a este modelo.

Este gráfico mostra a renda das famílias, entre 2002 e 2013, dividida em quintis.

Nestes 12 anos de Governo do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, a renda cresceu para todos. Mas a renda dos 20% mais pobres cresceu acima da renda dos 20% mais ricos.

Pela primeira vez na história fomos capazes de crescer e, ao mesmo tempo, reduzir a pobreza e a desigualdade.

Este processo não foi natural. Decorreu de várias decisões e da construção de políticas públicas. Destacarei apenas três:

Primeiro, uma política de valorização do salário mínimo. Um aumento de 72% acima da inflação. 72% reais em 12 anos.

Segundo, fizemos um esforço de ampliação dos empregos formais. Em 12 anos foram 21 milhões de novos empregos, criados e inseridos numa rede de proteção social.

E, por fim, o Bolsa Família.

O Bolsa Família foi concebido como um programa de transferência de renda

condicionado. As famílias devem assegurar que suas crianças frequentem a escola e recebam atenção médica regular. O Programa foi criado sobre as três redes já existentes do serviço público: as redes universais de assistência social, educação e saúde e chega hoje a 14 milhões de famílias.

O desenho simples é o "segredo" do seu sucesso. Refiro-me em especial a 3 características:

1) Cadastro das famílias com base simples, auto declarável, e organizado pelo poder local: isso evitou a necessidade de criar uma nova estrutura e uma nova burocracia;

2) Dinheiro é repassado diretamente às famílias através de um cartão bancário (mostrar cartão). Sem intermediários, reduzindo assim o tempo e as possibilidades de desvio e com controle e transparência;

3) A prioridade para a mulher ser a titular do cartão. Ela decide em que gastar. Nossas pesquisas indicam que ela é a responsável pelo destino mais eficiente dos recursos: os filhos. 93% dos titulares do cartão são mulheres.

Eu gostaria de enfatizar a importância da simplicidade do Programa. Outros países podem optar por modelos mais complexos e elaborados. Isso só é viável, em geral, em escala limitada ou em projetos-piloto. Este tipo de programa não atende às necessidades do Brasil. Como dizia nosso querido ativista, Betinho: "Quem tem fome, tem pressa". No Brasil, eram milhões os extremamente pobres. Nós precisávamos de um programa com escala, capaz de ser replicado num país tão diverso quanto o Brasil. O Bolsa Família tinha de funcionar bem tanto na floresta Amazônica quanto nas favelas das grandes cidades. E funcionou!

No início, o Bolsa Família foi alvo de debates e críticas. Hoje, 12 anos depois, temos dados e estatísticas concretas. Temos estudos e evidências científicas que comprovam os efeitos positivos do Bolsa Família em áreas como empoderamento da mulher, desenvolvimento regional, inclusão financeira e bancária.

Este livro contém estes dados. Ainda está só em português, com um sumário em inglês. Infelizmente, não teremos tempo para aprofundar todos os resultados.

Destacarei apenas os resultados relacionados aos principais objetivos, presentes no desenho do Bolsa Família desde seu início em 2003.

Primeiro, vou mostrar alguns resultados do Bolsa Família na **saúde**.

O Bolsa Família condiciona o pagamento do benefício ao acompanhamento médico e vacinação das crianças, e pré-natal para gestantes. Com isso, a saúde das crianças do Bolsa Família melhorou e muito.

As gestantes do Bolsa Família apresentam frequência em consulta pré-natal 50% maior do que as não beneficiárias, em condições similares. Comem melhor, e, como resultado:

- Diminuiu em 14% o índice de crianças que nascem prematuras.
- Os bebês nascem mais fortes.
- São pesados e medidos semestralmente pela rede de saúde básica e têm que tomar vacina.

É possível aferir a importância do Bolsa Família e da condicionalidade da saúde na redução da mortalidade entre crianças de 0 a 5 anos. Em especial nas doenças relacionadas à pobreza:

- caiu em 46% a mortalidade por diarreia e
- em 58% as mortes por desnutrição, nos municípios com alta cobertura.

Com o Programa Bolsa Família, enfrentamos diretamente a desnutrição infantil aguda, a fome, e agora reduzimos a desnutrição crônica, o que já se reflete na queda do déficit de altura por idade. Ou seja, enfrentamos os efeitos acumulados da pobreza sobre o desenvolvimento físico e intelectual.

O Brasil este ano foi declarado fora do mapa da Fome da FAO. Dentro do Governo Lula e Dilma saímos de um patamar de 10% de subalimentados e chegamos a 1,7% (gráfico FOME)

Podemos dizer que JÁ nasceu no Brasil a primeira geração de crianças sem Fome. Talvez só daqui a 10, 20 anos seja possível avaliar o que significa para o Brasil.

Passemos à **educação**.

A **educação** das nossas crianças e jovens também melhorou. (Macaé)  
Tínhamos duas situações críticas entre as crianças pobres: o abandono da escola e a defasagem idade-série. Podemos dizer que os resultados surpreenderam a todos. Atingimos o maior objetivo: colocar e manter nossas crianças na escola.

São quase 17 milhões de alunos do Bolsa Família com frequência escolar

acompanhada mensalmente. Se a criança falta à aula, a família é notificada, se o problema se mantém o benefício é suspenso.

O Bolsa Família contribuiu para garantir que as crianças pobres tenham hoje o mesmo nível de frequência e de desempenho das demais crianças na rede pública.

O Bolsa Família contribuiu também de forma decisiva para diminuir a desigualdade educacional do país.

Vejam este gráfico. São alunos com 15 anos cursando a série esperada. Nosso desafio atual é manter todos os jovens na escola. Na curva inferior estão os 20% mais pobres da população e na superior, os demais alunos.

A distância cai de 31 para 18,3 pontos percentuais. Uma queda de 41% entre os grupos.

Por fim, um último dado.

O BF custa menos de meio por cento do PIB.

Os efeitos virtuosos do BF sobre a economia já estão comprovados.

Cada US\$ 1 dólar transferido pelo Programa se transforma em US\$ 1,78 dólar na economia do País.

Em outras palavras, o Bolsa Família é bom para o comércio, para a indústria, para gerar emprego... é bom para o Brasil.

O Bolsa Família se tornou a base sobre a qual foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria. As famílias se inscrevem no Cadastro Único e entram no “radar” do Estado.

Quando a Presidenta Dilma Rousseff criou o Plano Brasil sem Miséria o Bolsa Família foi transformado.

Com o “Brasil Sem Miséria”, o valor do benefício deixou de ser um valor fixo e passou a variar de acordo com a severidade da pobreza. Agora, quem tem menos recebe mais. Com isto alcançamos o melhor resultado a um menor custo fiscal.

Em outras palavras, todo brasileiro que ganha menos de US\$1,25 por dia tem direito a receber o PBF como renda complementar. Este patamar mínimo tem como referência os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Assim, considerada a renda do trabalho da família e a complementação de renda do Bolsa Família, não existe mais nenhum beneficiário do PBF extremamente pobre no Brasil.

Se considerarmos o conjunto do impacto do Bolsa Família, podemos dizer que ele é responsável por manter 36 milhões de brasileiros fora da extrema pobreza. Em outras palavras, se o Bolsa Família deixasse de existir, 36 milhões de brasileiros voltariam para a extrema pobreza.

Nesta próxima lâmina temos uma simulação. Em vermelho, a curva da extrema pobreza no Brasil se o Bolsa Família não existisse. No eixo horizontal temos a distribuição por idade. Percebam que a miséria se concentra principalmente entre os mais jovens (1, 5 anos, 10 anos, 15 anos...).

O Brasil já havia consolidado uma importante rede de proteção aos idosos. Mas entre as crianças e nas famílias com crianças a extrema pobreza era severa.

O Bolsa Família, em seu desenho original, antes do Brasil Sem Miséria, foi capaz de promover uma redução de 36% na Extrema Pobreza (curva laranja). Percebam o impacto sobre a faixa das crianças.

Agora observem o impacto agregado do Brasil sem Miséria com o benefício variável. A redução da extrema pobreza chega a **89%**.

Além de ter reduzido a extrema pobreza em todas as idades, esta nova modalidade do BF permitiu enfrentar a maior desigualdade que tínhamos no Brasil: a concentração da extrema pobreza entre as crianças. Demos assim um passo decisivo para completar a rede de proteção no Brasil.

O Bolsa Família não foi criado para substituir aposentadorias, pensões, seguro desemprego, benefícios assistenciais para pessoas com deficiência e outros. Ele foi criado para dar cobertura a famílias pobres, na maioria famílias jovens, que não tinham amparo na rede de proteção. 42% dos beneficiários do BF têm menos de 15 anos.

Esta faixa em azul representa os que continuam na extrema pobreza. São as famílias que ainda estão fora do Bolsa Família. Queremos encontrá-los e incluí-los através da **Busca Ativa**.

Agora não é mais o pobre correndo atrás do Estado. É o Estado indo onde a pobreza está. Já foram incluídas mais de 1,3 mil famílias. Estimamos que ainda tenhamos que localizar cerca de 150 mil. Vejam alguns destes exemplos: são mutirões, barcos etc.

A Presidenta Dilma Rousseff nos lembra que todos os avanços conquistados são sempre só um começo. Para nós, “o fim da miséria é só um começo”.



A transferência de renda foi apenas o primeiro passo. Pela primeira vez, o Estado brasileiro reconheceu a necessidade de desenvolver uma estratégia específica para garantir os direitos dos mais pobres. O Bolsa Família havia se constituído em uma ferramenta valiosa para conhecer melhor quem eles são, onde vivem e do que precisam. É o Cadastro Único, que serve de porta de entrada para mais de 20 programas federais e ao Brasil sem Miséria. Temos um mapa da pobreza e uma nova estratégia para oferecer melhores serviços públicos e oportunidades de inclusão produtiva.

É importante ter em mente que os Brasileiros que ainda estavam em extrema pobreza depois dos 8 anos do Governo do Presidente Lula, eram aqueles mais frágeis.

Os que, mesmo em meio à onda de crescimento e de inclusão, não conseguiram, não puderam, aproveitar as oportunidades, e continuaram na extrema pobreza, eram aqueles mais vulneráveis, o núcleo duro da pobreza.

Para estes não bastaria anunciar “o Brasil sem Miséria está aqui: nos procurem”. Precisávamos ajudar a transpor as barreiras que impediam estes brasileiros de acessar seus direitos. Garantir acesso às oportunidades e ampliar suas capacidades.

Montamos um plano multidimensional para enfrentar as várias faces da Miséria.

3 grandes eixos organizavam o plano:

- 1) O Eixo Renda (Bolsa Família e Busca Ativa)
- 2) Acesso a oportunidades para melhorar a inclusão econômica
- 3) Garantir acesso a serviços.

O Plano Brasil sem Miséria tem mais de 100 ações executadas por 18 diferentes ministérios e órgãos. Algumas de caráter nacional, outras que procuraram olhar territórios e públicos com suas especificidades.

Para compor o plano as ações deveriam ter escala, impacto e abrangência.

Hoje, ao final de 3,5 anos de trabalho, comemoramos o cumprimento de todas as nossas metas.

Todas as ações anunciadas pela Presidenta Dilma no Plano Brasil sem Miséria foram executadas antes do prazo.

Listarei algumas, mais exemplares, para dar conta do tamanho do esforço empreendido.

No EIXO de Inclusão Produtiva:

em 3 anos levamos para os cursos de qualificação profissional mais de 1,5 milhão de adultos de baixa renda. A maioria mulheres jovens. Treinamos pedreiros, eletricitas, garçons, cozinheiros, cuidador de idoso, enfim quase 600 tipos de profissionais.

Ofertamos Microcrédito, formalizamos Microempreendedores, garantimos assistência técnica no campo. A apresentação estará disponível para todos.

Vou me deter para comentar sobre o programa de construção de cisternas, pois elas são reveladoras de um diferencial nas políticas públicas no Brasil. Nós temos uma imensa região de semiárido no nordeste do Brasil, que corresponde a 4 vezes o Reino Unido. Chove pouco e tem uma população fixa de pequenos agricultores muito pobres em propriedades isoladas. A falta de água, até para beber, era uma das faces mais terríveis da miséria no Nordeste. Paralelo a construção de grandes obras e canais, encontramos uma solução simples, barata e sustentável: a cisterna de placa. Ela é uma "invenção" do Nordestino, para captar e armazenar a água da chuva. Em parceria com ONGs, sindicatos de trabalhadores rurais e a população de cada local nós conseguimos construir e entregar 1 milhão e 80 mil cisternas. 750 mil cisternas foram construídas no Governo Dilma. Foram 22 mil pedreiros capacitados. São 27 bilhões de litros d'água a capacidade de armazenamento.

No EIXO de Acesso a Serviços públicos:

O importante é falar sobre o esforço de chegar aos mais pobres.

No Brasil as políticas públicas de saúde, educação e assistência social são universais. Devem ser ofertadas gratuitamente a todos. Mas, em geral, no

processo de universalização, os últimos que tinham acesso eram os mais pobres. Chegava em 90% da população. Os 10% que faltavam eram exatamente os que mais precisavam: os mais pobres.

Nós invertemos esta lógica com uma "hiperfocalização". É uma estratégia para garantir a real universalização. Para os mais pobres o caminho não pode ser o mesmo. A oferta, a informação, o desenho tem que ser diferente. Ou ele acaba excluído. Mapeamos os territórios mais pobres e foi lá que aumentamos a oferta de médicos e o per capita da saúde. Pagamos mais para as vagas em creches e pré-escolas para crianças do Bolsa Família. Começamos a trabalhar com lista de famílias a serem atendidas com água, luz, etc.

Os resultados são muito positivos.

Vou mostrar alguns. Escolhi exatamente aqueles que são usados para compor o indicador de pobreza multidimensional do Banco Mundial, para ter um parâmetro que não seja brasileiro.

Em um de seus trabalhos, o Banco Mundial classifica como pobres crônicos aqueles que, além de ter renda inferior a US\$ 2,5 per capita dia, sofrem ainda pelo menos mais 3 privações estratégicas entre 7 itens.

Em cada indicador verificamos que o acesso a bens e serviços melhorou para todos, mas melhorou muito mais para os mais pobres, que tinham o maior déficit.

É o caso dos chefes de família com ensino fundamental completo.

Aumentou em mais de 40% para o total da população. Para os mais pobres o aumento foi de quase 140%.

O mesmo na expansão da frequência das crianças de 6 a 14 anos na escola. Cresceu o dobro, mas vale ressaltar que neste quesito o Brasil já garante oferta de vagas a todos.

Ou do acesso a energia elétrica. Já podemos considerar universalizado no país, mas havia ainda importante passivo entre os mais pobres, exatamente no rural. A expansão dos serviços tirou 15 milhões de brasileiros da Idade Média e hoje está praticamente superada a desigualdade de acesso neste serviço. (restam ainda sem energia exatamente as populações em áreas remotas na Amazônia).

No acesso à água de qualidade vemos que a população brasileira praticamente garantiu acesso. Restam exatamente os mais pobres. Foi a estes que nos dedicamos ampliando de 60% para 80% a população pobre beneficiada.

Para esgotamento sanitário o mesmo, ampliando 3 vezes mais para os mais pobres.

Acesso a bens como geladeira ou freezer. Um aumento de 68% em 11 anos (que é reflexo do aumento de renda).

Por fim telefone celular.

Usando o modelo desenvolvido pela equipe do Banco Mundial é possível construir uma síntese que reflita o conjunto destes avanços. Avaliar a pobreza para além da renda e das transferências de renda. O que eu destaco, é que, no Brasil, a pobreza multidimensional cai ainda mais que a pobreza de renda.

Saímos de um patamar de 8,2 % da população brasileira em situação de pobreza crônica e chegamos a 1,1%.

Quando buscamos avaliar as grandes características que marcavam a pobreza no Brasil, as faces da pobreza, esta evolução é ainda mais gritante: Os pobres no Brasil eram majoritariamente negros e pardos e moravam no Norte e no Nordeste.

Vejamos então como se comporta a pobreza quando vista regionalmente.

No Nordeste os pobres eram quase 18% da população. Em 2013 eram 1,9%.

Vejam como estas curvas se aproximam. A pobreza é reduzida em todo o país. Mas este Brasil é mais igual

Agora a questão racial da pobreza: entre os negros e pardos 12,6% eram pobres crônicos em 2002. Hoje são 1,7%.

O desafio colocado na construção destes indicadores, para além de mensurar a pobreza e prestar contas à população, é constituir elementos para avaliar o desempenho e interferir na execução das políticas, aperfeiçoando-as.

Nas várias oportunidades em que tenho falado, vejo como a experiência brasileira entusiasma a audiência.

Acho que isto se deve menos ao desenho de cada política isolada. Algumas das nossas políticas, de fato, tem servido de inspiração a outros países com taxas altas de pobreza e desigualdade. Outras não, pois são ações voltadas a problemas exclusivos do Brasil.

Mas o que nos anima e a todos é saber que é possível.

Se o Brasil, um país gigantesco marcado por ser um dos mais desiguais do planeta, conseguiu reduzir a pobreza e a fome, é possível

Gostaria de deixar aqui algumas das Chaves do Sucesso

- 1) Prioridade de Governo e liderança
- 2) Desenho simples
- 3) Ações com impacto, escala e fáceis de replicar
- 4) Metas claras
- 5) Avaliação e monitoramento permanente.

Na luta contra a fome, a pobreza e a desigualdade a sociedade toda tem um papel estratégico. As empresas privadas, o terceiro setor, as ações de filantropia e caridade.

Não podemos abrir mão das parcerias com a sociedade civil organizada. Muitas das ações bem sucedidas encaminhadas por ONGs, entidades de representação, etc, foram sementes e indutores de novas práticas.

Muitas ações específicas em comunidades na área social e ambiental, por exemplo, só tem sucesso se conduzidas por lideranças locais. No Brasil temos um fervilhar de experiências maravilhosas, como vocês terão oportunidade de assistir a tarde, na apresentação da Nega Giza, da CUFA.

Mas só será, de fato, transformador do conjunto da nação, só mexerá o ponteiro da economia, se o Estado não abdicar da sua tarefa. Se o Estado investir e liderar o processo.